

STUDENTS AND TUTOR OPINION ON HUMAN RIGHTS IN THE
MEDICAL COURSE PROGRAM IN A FACULTY WITH ACTIVE
METHODOLOGY

OPINIÃO DE ESTUDANTES E TUTORES SOBRE DIREITOS
HUMANOS NO PROGRAMA DE CURSO DE MEDICINA EM UMA
FACULDADE COM METODOLOGIA ATIVA

OPINIÃO SOBRE DIREITOS HUMANOS EM CURSO DE MEDICINA

Ângela Melo de Holanda Arcoverde¹, Carla Catarina de Andrade Ferreira² e João Vitor
Barbosa Germano², Edvaldo da Silva Souza³

Instituição:

¹*Aluna bolsista do Programa de Iniciação Científica – PIBIC da Faculdade Pernambucana de Saúde, Faculdade Pernambucana de Saúde. Recife – PE, Brasil.*

²*Alunos de graduação em Medicina pela Faculdade Pernambucana de Saúde. Recife – PE, Brasil.*

³*Doutor em Saúde Materno Infantil pelo Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira; Coordenador do Curso de Medicina e Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação para o Ensino na Área de Saúde da Faculdade Pernambucana de Saúde. Recife – PE, Brasil.*

Correspondência:

Ângela Melo de Holanda Arcoverde

Rua Padre Bernardino Pessoa, 277. Ap. 803. Boa Viagem.

Recife – PE. CEP 51020-210

E-mail: angela.arcov@gmail.com

Tel. (55) 81 99922.9280

RESUMO

Objetivos: Descrever a opinião de estudantes e tutores sobre temáticas e abordagens acerca dos direitos humanos (DH) perante a matriz curricular do curso de graduação em Medicina da Faculdade Pernambucana de Saúde. **Métodos:** Trata-se de estudo tipo Survey e questionário tipo Likert em meio eletrônico, que alimentou um banco de dados do Excel e analisado pelo SPSS 18.0. O questionário conteve questões de cunho sociodemográficas de questões acerca de sua opinião sobre o tema de DH a estudantes e tutores. Utilizou-se o Teste de Normalidade de Kolmogorov-Smirnov para variáveis quantitativas e para comparação com dois grupos, o Mann-Whitney. Foi seguida a Resolução 510/2016 do CNS e obtido CAAE 92281318.5.0000.5569. **Resultados:** Participaram 109 estudantes e 79 tutores, com predominância do sexo feminino, brancos, católicos e provenientes de escola particular. O estudantes identificaram o tema de DH em várias atividades acadêmicas, Quanto à opinião a abordagem de DH houve concordância entre estudantes e tutores na maioria das assertivas, exceto sobre a suficiência de DH na vida acadêmica, em ter presenciado violações de DH na vida acadêmica e práticas abusivas, todos com diferença estatística. **Conclusões:** O tema de DH foi identificado por estudantes e tutores como planejado pelo projeto pedagógico do curso em diferentes atividades acadêmicas do curso de medicina da FPS.

Descritores: Direitos humanos; Centros Médicos Acadêmicos; Escolas médicas

ABSTRACT

Objectives: To identify the knowledge of students and tutors about human rights themes and approaches before the curricular matrix of the undergraduate medical course of the Pernambuco School of Health. **Methods:** This was a Survey study and a Likert questionnaire in electronic media, with a database statistically analyzed by SPSS 18.0 Software for Windows and Excel. Tests applied with 95% confidence. The Kolmogorov-Smirnov Normality Test was used for quantitative variables and for comparison with two groups the Mann-Whitney. CNS Resolution 510/2016 was followed and CAAE 92281318.5.0000.5569 obtained. **Results:** The sample consisted of 109 students and 79 tutors, predominantly female, white, Catholic and from a private school. Of the students, most were from the first four years of medical school. For tutors, graduate and medical residency. According to the results of the specific questionnaire, there was statistical relevance in the statements: about observation in empathy tutorials and respect among its participants (p-value 0.042); on the construction of human rights knowledge be valued by the BPA method (p-value 0.048); on the importance of defending the right to health when viewing abusive practices in journalistic articles (p-value 0.019); and p-value <0.001, about witnessing human rights violations in their academic experiences. **Conclusions:** Human rights themes and approaches should be prioritized by curricular matrices of undergraduate medical courses in order to minimize biopsychosocial vulnerabilities in the practice of health acts.

Key-words: Human Rights, Medical Education Center, Medical Schools.

Agradecemos a colaboração e apoio do nosso orientador Dr. Edvaldo Souza, pelo incentivo e determinação assim como à Faculdade Pernambucana de Saúde pelo estímulo à pesquisa. Ao apoio financeiro do CNPq através do Programa PIBIC, agradecemos o incentivo à pesquisa.

INTRODUÇÃO

A história mundial revela que nem sempre os direitos básicos atualmente preconizados pelas Organizações das Nações Unidas (ONU),¹ como o direito à vida e à liberdade, foram seguidos. Em diversas guerras, genocídios e atrocidades foram esquecidos o valor da dignidade, que é o ponto confluyente dos objetivos dos direitos humanos e, também, dos valores e compromissos éticos do campo da medicina, maculando o passado da nossa humanidade.² Na história recente, a Segunda Guerra Mundial, mesmo não sendo o único exemplo mundial de violação aos direitos humanos, o período nazista expôs ao mundo diversas práticas aterrorizantes com a colaboração de médicos em atos como: esterilizações forçadas, tortura, práticas eugenistas e assassinatos.³ Diante deste cenário, a comunidade mundial, consternada com o número alarmante de pessoas dizimadas na Segunda Guerra, propôs a criação de organizações com fins de proteção aos direitos humanos, como a criação da ONU e sua Declaração Universal dos Direitos Humanos.⁴

No Brasil, a violação dos direitos humanos observada, no período de 1930 a 1960, no caso do Hospital Colônia de Barbacena⁶ em Minas Gerais, pessoas consideradas indesejadas pela sociedade, como epiléticos, alcoólatras, homossexuais, foram internadas como portadoras de doença mental e, com a anuência de médicos, permaneciam isoladas da sociedade, perecendo de frio, fome e infecções. Posteriormente, verificou-se em registros hospitalares que grande parte dos corpos foi vendida para escolas de medicina com intuito de colaborar nas aulas de anatomia.³

Os médicos exercem papel importante na observação, implantação e no resguardo dos direitos humanos, que podem ser observados através da proteção constitucional e que são ratificados pelo Juramento de Hipócrates⁵ e pelo Código de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina.⁷ A formação na área de medicina convive com uma sociedade

tecnológica, impaciente, capitalista e pouco empática, necessitando reaver posições pouco sensíveis à realidade social brasileira a fim de enfatizar os direitos humanos nas escolas médicas.^{8,9} A adequação de currículos acadêmicos de medicina que abranjam conteúdos humanísticos e em consonância com o preconizado pelo conceito de saúde ditado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), sendo este: “um estado do mais completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença”⁹ se faz necessária, com objetivo de preparar o estudante para atuar e reconhecer os fatores sociais que interferem na condição de vida e na saúde da população.^{7,10} Dentre os direitos humanos, destaca-se o direito à saúde¹⁴ que, segundo a ONU, apresenta grupos com vulnerabilidade social, merecendo atenção especial dos médicos: saúde sexual e reprodutiva da mulher; saúde de crianças e adolescentes; saúde da pessoa idosa; saúde da pessoa com deficiência; saúde indígena; saúde de pessoas privadas de liberdade.¹⁶

As Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina (DCNs - Medicina), elaborada pelo Ministério da Educação (MEC)¹⁵ no ano de 2014, instituem nos Artigo 3º e 23º um modelo mais biopsicossocial^{8,17} em que graduandos em medicina deverão ter formação geral humanista e precisarão atuar em diferentes níveis de atenção à saúde, em âmbitos individuais e coletivos, contemplando a responsabilidade social,¹⁸ o compromisso com a defesa da cidadania, da dignidade da pessoa humana e da saúde integral do ser humano¹⁶. Há, também, em temáticas transversais, o enfoque na determinação social do processo de saúde e doença.¹⁵ Na Seção I, “Da atenção à saúde”, esta temática é abordada, considerando o também almejado pelo Sistema Único de Saúde (SUS) em seus princípios²⁰ e na Carta dos Direitos do Usuários do SUS,²¹ que tratam de questões como acesso universal à saúde, incentivo à equidade, integralidade, cuidado, ética, qualidade e segurança do serviço médico prestado, identificação das diferentes vulnerabilidades sociais sem distinções ou preconceitos.

A sensibilidade aos direitos humanos, encontrada nas DCN's pelo MEC, deverá ser reproduzida nos diversos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Medicina (PPC)²² dispersos pelo Brasil, em que cada instituição de ensino superior (IES) tem obrigação de apoiar a estrutura de seus cursos de graduação nesses parâmetros oficiais. O PPC de medicina constitui o arcabouço da graduação nas escolas médicas delineando sua missão, visão, princípios, objetivos, estrutura organizacional, definindo o processo de ensino aprendizagem, a estrutura da administração acadêmica, infraestrutura e sistemas de avaliação.

A Faculdade Pernambucana de Saúde (FPS)²³ afirma em seu PPC (Projeto Pedagógico do Curso de Medicina), confeccionado em 2016, que os objetivos do curso, a matriz curricular e suas estratégias educacionais unem o conhecimento científico com a defesa dos valores humanos no tripé curricular ensino, pesquisa e extensão. Isso, somado às atuações acadêmicas em ambientes clínicos de serviços do SUS e comunidades, com vistas às habilidades e competências adquiridas em 12 semestres letivos e suficientemente divididas em 41 áreas temáticas e em 56 módulos. Portando o objetivo deste estudo foi avaliar a opinião de estudantes e tutores sobre temáticas e abordagens acerca dos direitos humanos perante a matriz curricular do curso de graduação em medicina em faculdade com metodologia Aprendizado Baseado em Problemas (ABP).

MÉTODOS

Trata-se de um estudo tipo survey, em que os participantes foram convidados a responder de forma eletrônica um questionário sociodemográfico e a assertivas específicas para avaliar a opinião com uso de software Lime Survey, alimentando automaticamente um banco de dados no Excel versão 2010, no período de fevereiro a

maio de 2019. Após o aceite e concordância no Processo de Consentimento Livre e Esclarecido (PCLE), de forma sigilosa e anônima, o indivíduo foi conduzido a responder 19 assertivas em escala Likert. A escala tipo Likert tinha a seguinte variação de grau de concordância: 1 – discordo totalmente; 2- discordo parcialmente; 3 – nem concordo/nem discordo; 4 – concordo parcialmente e 5 – concordo totalmente. O grau de concordância foi analisado através do ranking médio (média ponderada), onde valores acima de 3 indicam concordância, valores menores que 3 indicam discordância e valor igual a 3, nem concordância, nem discordância. O questionário eletrônico na primeira parte conteve questões de cunho sociodemográficas dos participantes e, na segunda, de questões acerca de seu posicionamento perante a temática de DH.

A população do estudo foi composta por estudantes do primeiro ao sexto ano acadêmico do curso de medicina e tutores do primeiro ao quarto ano de curso e vinculados durante o ano letivo de 2019. Foram incluídos na pesquisa todos os estudantes devidamente matriculados e cursando regularmente a faculdade e tutores em atividade perante a secretaria acadêmica.. O estudo foi realizado na FPS, situada no Recife, credenciada pelo MEC no ano de 2005 que possui metodologia ativa através do método de ABP.

O estudo foi aprovado pelo comitê de ética da FPS. A análise dos dados foi efetuada utilizando os Softwares SPSS 18.0 (Statistical Package for the Social Sciences) para Windows e o Excel 2010. Todos os testes foram aplicados com 95% de confiança. Os resultados estão apresentados em forma de tabela com suas respectivas frequências absoluta e relativa. Teste de Normalidade de Kolmogorov-Smirnov para variáveis quantitativas e para comparação com dois grupos: Mann-Whitney.

Houve patrocínio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). Os autores declaram que não houve conflitos de interesses.

RESULTADOS

A quantidade total de participantes da pesquisa que concordaram com o TCLE foi de 152 pessoas dentre estudantes e tutores. Dos 663 estudantes de medicina matriculados na faculdade no ano de 2019, 109 (16,4%) estudantes participaram. Dos 79 tutores em atividade no curso de medicina, 43 (54,4%) participaram da pesquisa. Foi predominante a participação do sexo feminino com 107 (70,4%) pessoas do total de participantes efetivos na pesquisa tanto de tutores quanto de estudantes.

Sobre a abordagem sociodemográfica dos 152 participantes, verificou-se que quanto à raça/cor a quantidade de estudantes e tutores que se identificaram como brancos foi de 102 (67,1%), pardos 38 (25,0%), pretos 08 (5,3%), 04 (2,6%) preferiram não declarar. Neste contexto, com relação aos tutores, se identificaram como brancos 25 (58,1%), pardos 13 (30,2%), pretos 03 (6,9%), 02 (4,6%) preferiram não declarar. Com relação a proveniência acadêmica de tutores e estudantes, 130 (85,5%) pessoas advieram exclusivamente de escola particular. Quanto a religião professada, 79 (60,3%) dos participantes manifestaram-se católicos, 20 (15,3%) evangélicos e 21,1 (24,4%) revelaram-se de outras religiões.

Em relação ao ano letivo cursado pelos estudantes, 69 (45,3%) pessoas pertenciam aos quatro primeiros anos de curso, caracterizado pelo aprendizado através da metodologia ativa tutorial, com imersão em laboratórios de aprendizagem ora por simulação clínica e procedimental ora por vivência ambulatorial em hospital escola. Pertenciam ao internato, caracterizado pelo aprendizado através da metodologia ativa

tutorial e prática médica em hospital escola, 40 (26,3%) dos estudantes e, 43 (28,3%) não responderam à afirmação. No tocante à conclusão de algum curso superior em área de saúde, apenas 04 (3,7%) estudantes e tutores possuíam outra graduação.

Dentre o total de 43 tutores participantes, a média de tempo de formatura foi de 5,3, com desvio padrão (DP) 9,7 anos, variando desde pessoas recém-formadas e, com máximo de 47 anos de atividade médica. Quanto aos que possuem pós-graduação, 39 (90,70%) tem residência médica, 29 (67,44%) e 11 (25,58%) tem doutorado. Quanto a exercerem atividade clínica, 38 (88,37%) dos tutores a praticam.

A segunda parte do questionário aplicado nesta pesquisa correspondeu a um conjunto de assertivas com possibilidade de resposta em escala Likert sobre direitos humanos, propostas aos tutores e estudantes. A primeira assertiva sobre a relevância dos direitos humanos na medicina em relação a suas abordagens no curso médico o ranking médio (RM) foi de $4,68 \pm 0,8$. A respeito do empenho da faculdade em abordar a temática de direitos humanos, o RM foi de $4,21 \pm 0,9$. Com relação a afirmação sobre notar na matriz curricular do curso abordagens sobre direitos humanos, obteve RM $4,08 \pm 1,0$.

Em relação à afirmativa sobre observação de empatia e respeito entre os participantes da tutoria obteve-se um RM $4,13 \pm 0,9$. Com relação a identificação de discussões sobre direitos humanos nos casos de tutoria obteve-se um RM $3,44 \pm 1,1$. No que concerne à percepção de posturas desrespeitosas sobre direitos humanos em debates de grupos tutoriais, observou-se um RM $2,88 \pm 1$.

Na afirmação que aborda sobre o método ABP valorizar a construção do conhecimento sobre direitos humanos obteve-se um RM $4,2 \pm 1,0$. Em relação à proteção dos direitos humanos garantir o acesso a saúde resultou em RM $4,67 \pm 0,7$. Na afirmação que indica que o resguardo de direito humanos asseguram os direitos das mulheres, crianças, adolescentes, idosos, acesso à saúde, entre outros grupos de maior

vulnerabilidade, o RM $4,75 \pm 0,7$. No tocante a afirmativa sobre ser suficiente abordagens sobre direitos humanos na vida acadêmica, com RM $3,02 \pm 0,2$ de concordância. Sobre observar práticas abusivas ao direito à saúde em matérias jornalísticas, o RM $4,49 \pm 0,8$.

A afirmação sobre presenciar violações aos direitos humanos em vivência acadêmica obteve um RM $2,93 \pm 1,5$. Com relação a afirmativa sobre vivenciar práticas médicas abusivas aos direitos humanos pelos participantes ou seus familiares, com RM $2,84 \pm 1,5$ de concordância.

A terceira parte do questionário aplicado nesta pesquisa correspondeu a um conjunto de assertivas, estilo Likert, com afirmativas direcionadas apenas aos estudantes sobre atividades da sua vida pessoal e da sua vivência perante a grade curricular do curso médico sobre os direitos humanos. Na primeira afirmação, obtiveram RM $4,28 \pm 1,1$ de concordância sobre serem observados em atividades da Prática de Atenção Primária em Saúde (PAP) assuntos relacionados a direitos humanos. Na afirmação sobre verificar abordagens sobre direitos humanos em atividades de integração acadêmica, obtiveram RM $3,88 \pm 1,2$. Em afirmativa sobre abordagem em exposições de temas transversais que envolvam empatia, respeito e cuidado com o outro indicaram RM $4,22 \pm 1,0$ de concordância. Na afirmação sobre identificação de cuidados com os direitos humanos em laboratórios de habilidades, com RM $4,05 \pm 1,1$ de concordância. Dentre as 106 respostas válidas sobre a afirmação de observar em simulações de atendimento clínico práticas que abordam os direitos humanos, o RM $4,40 \pm 0,9$ de concordância. Na afirmação que aborda a identificação em simulações de procedimentos médicos a preocupação de resguardo aos direitos humanos, obteve RM $4,32 \pm 0,8$ de concordância.

Comparando o grau de concordância de estudantes e tutores se observou um maior grau de concordância de tutores em 3 assertivas com diferença estatística. A primeira afirmação abordava que há observação nas tutorias de empatia e respeito entre os seus

participantes, onde para os tutores $RM\ 4,37 \pm 0,69$ e, para os estudantes, $RM\ 4,02 \pm 0,96$, com p-valor de 0,042. A construção do conhecimento sobre os direitos humanos é valorizada pelo método ABP, correspondeu à segunda afirmativa, em que para os tutores $RM\ 4,40 \pm 0,98$ e, para os estudantes, $RM\ 4,12 \pm 1,00$, com p-valor 0,048. Na terceira afirmação, que versava sobre ser importante a defesa do direito à saúde ao ver práticas abusivas ao direito em matérias jornalísticas, para o grupo de tutores, o $RM\ 4,74 \pm 0,54$, e para os estudantes, $RM\ 4,37 \pm 0,95$, com p-valor de 0,019.

A última afirmação do questionário apresentou diferença estatística com p-valor $<0,001$, onde os tutores concordaram sobre presenciar violações aos direitos humanos em suas vivências acadêmicas, com $RM\ 3,79 \pm 1,36$ e os estudantes discordaram com , $RM\ 2,57 \pm 1,42$.

DISCUSSÃO

Dentre os 152 participantes efetivos da pesquisa, observou-se uma predominância de estudantes e tutores do sexo feminino, 107 (70,4%) pessoas, no curso de medicina, sendo compatível com o trabalho de Gilda Olinto²⁴, que, no ano de 2011, conclui sobre maior participação feminina em cursos de saúde tanto técnicos quanto os superiores, semelhantemente ao encontrado neste trabalho. Quanto aos aspectos sociodemográficos da amostra, houve predominância de estudantes e tutores que se declararam da cor/raça branca, 102 (67,1%) pessoas; que professavam religião católica, 79 (60,3%) indivíduos; provieram exclusivamente de escola particular, 130 (85,5%), sendo compatível com o sendo compatível com o artigo "Perfil do Estudante de Medicina da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte" de autoria de Francisco Filho,²⁵ realizado na cidade de Mossoró, em 2013, que encontrou em seus resultados população semelhante de pessoas que tem acesso ao curso médico.

Houve predomínio de participação nesta pesquisa de estudantes que cursavam os quatro primeiros anos de graduação médica, com 69 (45,3%) estudantes, contra 40 (26,3%) pessoas que se encontravam no internato. Isso se deve a maior disponibilidade que um estudante iniciante no curso de graduação ter em relação a um do internato em participar de pesquisas, conforme Cavalcante.²⁶ Em relação a possuir outra graduação em curso superior na área de saúde, apenas 04 (3,7%) pessoas da amostra responderam positivamente, assim, podemos evidenciar que o conteúdo e a vivência em aspectos dos direitos humanos não foram influenciados de maneira significativa por outro curso superior da saúde.

Em questionamentos exclusivos aos tutores, como acerca do tempo de formatura, a média encontrada de 5,3 anos de formado foi encontrada, com 39 (90,7%) afirmando possuir pós-graduação, 29 (67,44%) terem residência médica e, 11 (25,5%) possuem doutorado.

Com relação a parte específica sobre direitos humanos do questionário aplicado aos tutores e estudantes, houve relevância estatística na afirmativa sobre haver observação nas tutorias de empatia e respeito entre os seus participantes, onde para os tutores RM $4,37 \pm 0,69$ e, para os estudantes, RM $4,02 \pm 0,96$, com p-valor de 0,042. Logo, percebe-se que há compatibilidade estatisticamente válida entre as opiniões dos tutores e estudantes perante esse tema, similarmente a encontrada no trabalho "Metodologias Ativas para o Ensino de Empatia na Graduação em Medicina – Uma Experiência da Unicamp"²⁷, o qual afirma que o modelo ABP tem como resultado a melhor integração entre alunos e maior empatia entre os colegas.

A afirmativa “A construção do conhecimento sobre os direitos humanos é valorizada pelo método de Aprendizado Baseado em Problemas” correspondeu à segunda afirmativa, em que para os tutores RM $4,40 \pm 0,98$ e, para os estudantes, RM $4,12 \pm 1,00$,

com p-valor 0,048. Houve relevância estatística nessa abordagem visto que tanto os tutores quanto os estudantes identificam nessa metodologia uma maior evidência de integralidade e visão holística do ser humano, segundo o trabalho de Leila Tenório,²⁸ favorecendo assim, um maior resguardo dos direitos humanos.

Na terceira afirmação do questionário, que versava sobre ser importante a defesa do direito à saúde ao ver práticas abusivas ao direito em matérias jornalísticas, para o grupo de tutores, o RM $4,74 \pm 0,54$, e para os estudantes, RM $4,37 \pm 0,95$, com p-valor de 0,019. Observou-se relevância estatística, pois evidencia-se tanto para os alunos quanto aos tutores que na mídia a percepção de lesão aos direitos humanos é frequente, como podemos observar pelo autor Roberto d'Avila,²⁹ que aborda aspectos sobre a natureza da moral e da ética do ser humano, com ênfase no estudante de medicina citando a perspectiva de Hegel sobre a possibilidade da ética ser adquirida ao longo da vida, sendo imperioso seu ensino na graduação médica.

A quarta afirmativa do questionário aplicado que obteve relevância estatística com p-valor $<0,001$, abordava sobre presenciar violações aos direitos humanos em suas vivências acadêmicas, teve RM $3,79 \pm 1,36$ para os tutores e, RM $2,57 \pm 1,42$, para os estudantes. Foi surpreendente observar que ambos os grupos pesquisados revelaram ter presenciado violações aos direitos humanos em cursos de graduação médica, atualmente, com uma relevância estatística tão importante. Porém, como revela o estudo de Fabiana Villaça,³⁰ do ano de 2010, infelizmente, ainda existe a prática de “trotes” universitários humilhantes em que o estudante de medicina mal adentra no curso e já presencia e/ou pratica e/ou sofre com humilhações cometidas por outros estudantes, docentes ou colegas, revelando um cenário lastimoso de violação aos direitos humanos.

Na primeira afirmação da terceira parte do questionário aplicado, voltado apenas aos estudantes, as 106 respostas válidas, obtiveram RM $4,28 \pm 1,1$ de concordância sobre

serem observados em atividades da Prática de Atenção Primária em Saúde³² assuntos relacionados a direitos humanos. A PAP auxilia o estudante a conhecer e interagir com o universo dos serviços primários em saúde, oferecendo estágios em Unidades Básicas de Saúde (UBS) e em atividades do Núcleo de apoio à Saúde da Família (NASF). Isto se deve ao fato desta prática curricular médica possuir em seu programa de curso ênfase nos princípios e ditames do Sistema Único de Saúde (SUS). Como pode ser verificado no trabalho de Paulo Nascimento,³¹ que afirma sobre o princípio do direito universal à saúde como pilar dos direitos universais no SUS.

A afirmativa sobre verificar abordagens sobre direitos humanos em atividades de integração acadêmica³², 106 respostas válidas obtiveram RM $3,88 \pm 1,2$ de concordância. As integrações acadêmicas da FPS são singulares à faculdade e correspondem atividade que integra todos os períodos do curso para discutir temas relacionados à ética, cuidar de si, saúde ambiental, direitos humanos, atividade física, educação nas relações étnico-raciais e cultura afro-brasileira e indígena.

Em afirmativa sobre abordagem em exposições de temas transversais³² que envolvam empatia, respeito e cuidado com o outro, 107 respostas válidas indicaram RM $4,22 \pm 1,0$ de concordância. Temas transversais correspondem a temáticas universais voltadas ao curso em área da saúde, como segurança do paciente, educação nas relações étnico-raciais e cultura afro-brasileira e indígena, direitos humanos, Linguagem brasileira de sinais – LIBRAS; saúde e espiritualidade; história da medicina; medicina baseada em evidências, entre outros.

Na afirmação sobre identificação de cuidados com os direitos humanos em laboratórios de habilidades³², 108 respostas foram válidas, com RM $4,05 \pm 1,1$ de concordância. Os laboratórios de habilidades correspondem a três grupos: laboratório de procedimentos, laboratório de semiologia, laboratório de comunicação.

Dentre as 106 respostas válidas sobre a afirmação de observar em simulações de atendimento clínico³² práticas que abordam os direitos humanos, o RM $4,40 \pm 0,9$ de concordância. Essas simulações correspondem a atividades em cenários ambulatoriais de clínica de adulto, clínica cirúrgica, ginecologia, clínica da criança, saúde mental e cenário de urgência e emergência. As atividades são realizadas no hospital de ensino – IMIP - com supervisão de preceptores e docentes da faculdade e são desenvolvidas do 5º ao 8º período do curso médico.

A última afirmação aborda a identificação em simulações de procedimentos médicos³² a preocupação de resguardo aos direitos humanos, das 100 respostas válidas, obteve RM $4,32 \pm 0,8$ de concordância. As simulações são realizadas em laboratórios de procedimentos, semiologia e comunicação, em que o estudante se depara com situações e procedimentos fictícios a fim de lapidar sua destreza, desenvoltura e comunicação profissional.

CONCLUSÃO

A formação na área médica exige do estudante uma sensibilidade aflorada acerca da sociedade como um todo, conhecendo as pessoas além das doenças que a literatura específica informa. A empatia, observação e a solidariedade de seu cuidado a fim de disseminar o conceito de saúde ditado pela OMS necessitam de mais um pilar que é a humanização. Abordagens que versem sobre direitos humanos devem ser priorizadas pelas matrizes curriculares dos cursos de graduação em medicina, visto a minimizar as vulnerabilidades biopsicossociais na prática dos atos da saúde diante de uma população mundial que anseia ser ouvida e tratada com respeito. Mesmo percebendo práticas lesivas aos direitos humanos em vivências acadêmicas, o saldo positivo revelado pela sua percepção ainda enquanto estudantes de um curso acadêmico tão singular declara a

importância intrínseca que cada ser humano tem para com o próximo. Além da esperança que os tutores dispensam para com seus estudantes de levar ensinamentos de dignidade e respeito em grades curriculares que promovem simulações da prática médica, com métodos de aprendizado inovadores e focados nos ditames do SUS.

REFERÊNCIAS

1. Organizações das Nações Unidas Brasil (ONU). A Carta da ONU. [Internet]. 2009 [acesso em 01 ago 2019]; 17pags. Disponível em: <http://https://nacoesunidas.org/carta/>.
2. Greco D; Welsh, J. Direitos humanos, ética e prática médica. Revista de Bioética. 2016; 24(3), 443–51.
3. Colaianni A. A long shadow: Nazi doctors, moral vulnerability and contemporary medical culture. Journal Medical Ethics. 2012 Jul;38(7):435-8.
4. Organizações das Nações Unidas Brasil (ONU). Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU. [Internet]. 2009 [acesso em 01 ago 2019]; 17pags. Disponível em: <http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>.
5. Conselho Regional de Medicina de São Paulo (BR). Juramento de Hipócrates. [Internet] [acesso em 01 ago 2019]; Disponível em: <https://www.cremesp.org.br/?siteAcao=Historia&esc=3>.
6. Ministério da Saúde (BR). Barbacena. Centro Cultural do Ministério da Saúde. [Internet]. [acesso em 01 ago 2019]; Disponível em: <http://www.ccms.saude.gov.br/VPC/barbacena01.html>;
7. Conselho Federal de Medicina (BR). Código de Ética Médica. [Internet] [acesso em: 01 ago 2019]; Disponível em: http://portal.cfm.org.br/index.php?option=com_content&view=category&id=9&Itemid=122;
8. Goulart FAA, organizador. Os médicos e a Saúde no Brasil. [Internet]. 1998 [acesso em 01 ago 2019]; 200p. Disponível em: <http://www.flip3d.com.br/web/pub/cfm/index9/?numero=15&edicao=2556>.

9. Catão MO. Genealogia do direito à saúde: uma reconstrução de saberes e práticas na modernidade [Internet]. 2011. [acesso em 03 ago 2019]; 290 p. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/szgxv>.
10. Organizações das Nações Unidas (BR). Saúde mental depende de bem-estar físico e social, diz OMS em dia mundial. Publicado em 10/10/2016 [acesso em 03 ago 2019]; Disponível em: <https://nacoesunidas.org/saude-mental-depende-de-bem-estar-fisico-e-social-diz-oms-em-dia-mundial/>.
11. Costa FD; Azevedo RCS. Empatia, relação médico-paciente e formação em medicina: um olhar qualitativo. [Internet] 2010 [acesso em 01 ago 2019]; 34(2): 261-269. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S0100-55022010000200010>;
12. Hunt P. Interpreting the International Right to Health in a Human Rights-Based Approach to Health. Health and Human Rights. [Internet] 2016. [acesso em 01 ago 2019]; 18(2): 109–130. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5394996/> .
13. Albuquerque, A, organizadora. Manual de Direitos Humanos Para Médicos. FENAM [Internet]. 2014 [acesso em 01 ago 2019]; p. 45. Disponível em: <https://www.uniceub.br/media/669001/ManualDeDireitosHumanosParaMedicos.pdf>.
14. Albuquerque A. A segurança do paciente à luz do referencial dos direitos humanos. [Internet] 2016 [acesso em 01 ago 2019]; 17(2): 117-137. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rdisan/article/view/122309>.
15. Brasil. Resolução CNE/CES n.º4, de 9 de novembro de 2001. Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior. [acesso em 01 ago 2019]; Disponível

- em: <http://portal.mec.gov.br/pdde/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12991-diretrizes-curriculares-cursos-de-graduacao>.
16. Albuquerque A. Os direitos humanos na formação do profissional de medicina. *Rev Med (São Paulo)*. 2015; jul-set.;94(3):169-78.
 17. Chinato I; D'Agostini C; Marques R. A relação médico-paciente e a formação de novos médicos: análises de vivências de hospitalização. [Internet] 2012 [acesso em 01 ago 2019]; 7(22): 27-34. Disponível em: <https://www.rbmf.org.br/rbmfc/article/view/289>.
 18. Brasil. Constituição, 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal; 1988.
 19. Organizações das Nações Unidas Brasil (ONU). Conheça a ONU. [Internet]. [acesso em 06 jul 2019]; Disponível em: <https://nacoesunidas.org/conheca/>.
 20. Ministério da Saúde (BR). Princípios do SUS.[Internet] [acesso em 06 jul 2019]. Disponível em: <http://portalms.saude.gov.br/sistema-unico-de-saude/principios-do-sus>;
 21. Ministério da Saúde (BR). Carta dos direitos dos usuários da saúde. [acesso em 01 ago 2019]; 3. ed. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartas_direitos_usuarios_saude_3ed.pdf.
 22. Faculdade Pernambucana de Saúde (BR). Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação em Medicina. [Internet] 2016 [acesso em 01 ago 2019]. Disponível em: <https://www.fps.edu.br/>;
 23. Faculdade Pernambucana de Saúde (BR). Apresentação. [Internet] [acesso em 01 ago 2019]. Disponível em: <https://www.fps.edu.br/afps/apresentacao>.

24. Olinto G. A inclusão das mulheres nas carreiras de ciência e tecnologia no Brasil. *Inclusão Soc (Brasília)*. 2011; jul-dez:5(1):68-77;
25. Cardoso FF; Magalhães JF; Silva KML. Perfil do Estudante de Medicina da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). *Rev Bras Educ Med (Rio de Janeiro)*. 2015; mar:39(1): 32-40;
26. Cavalcante MS; Cazolari PG; Galliano AS; et al. Qualidade de vida dos estudantes do primeiro e sexto ano do curso de. *Rev Med (São Paulo)*. 2019; mar.-abr.;98(2):99-107;
27. Schweller M; Wanderlei J; Strazzacappa M; et al. Metodologias Ativas para o Ensino de Empatia na Graduação em Medicina – Uma Experiência da Unicamp. *Cadernos ABEM (Rio de Janeiro)*. 2014;(10):36-46;
28. Tenório LP, Argolo VA, Sá HP de, Melo EV de, Costa EF de O. Saúde Mental de Estudantes de Escolas Médicas com Diferentes Modelos de Ensino. *Rev Bras Educ Med (Rio de Janeiro)* 2016; dez 40(4):574-582;
29. D’Avila RL. A ética médica e a bioética como requisitos do ser moral: ensinamentos habilidades humanitárias em medicina. *Rev Bioética.(Brasília)* 2010; 18 (2): 311 - 27;
30. Villaça FM, Palácios M. Concepções sobre assédio moral: bullying e trote em uma escola médica. *Rev Bras Educ Med (Rio de Janeiro)* 2017;34 (4):506 – 514;
31. Nascimento PR, Zioni F. O sistema único de saúde como observatório de direitos universais: Uma reflexão a partir das ciências sociais. *Interface Commun Heal Educ.(Botucatu)* 2010; 14(32): 199-205.

TABELAS, GRÁFICO E LEGENDAS

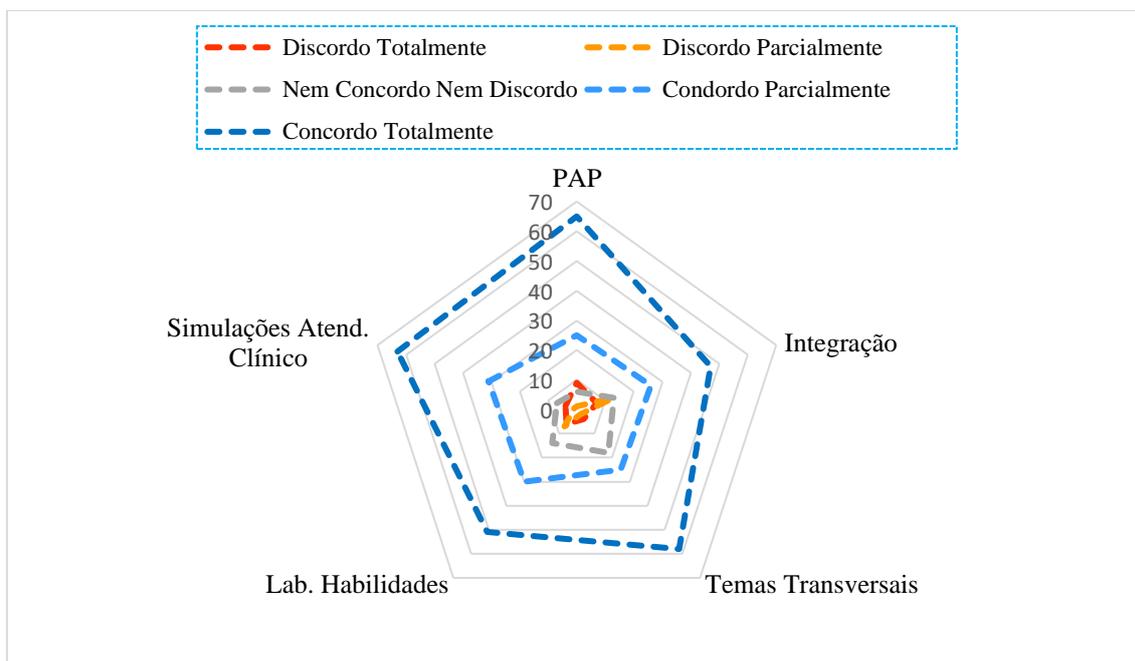


Gráfico 1 – Grau de concordância do estudantes acerca do a abordagem sobre direitos humanos em direntes atividades curriculares da FPS.

Tabela 2 – Grau de concordância de estudantes sobre atividades da sua vida pessoal e da sua vivência perante a grade curricular do curso médico sobre os direitos humanos.

Variáveis	Rank Médio ± DP
Entendo que assuntos relacionados a direitos humanos são observados em atividades da Prática de Atenção Primária (PAP)	4,28 ± 1,19
Durante as atividades de integração verifico abordagens sobre direitos humanos nas temáticas discutidas	3,88 ± 1,29
Nas exposições, verifico que os temas transversais abordam questões que envolvem empatia, respeito e cuidado com o outro	4,22 ± 1,04
Identifico os cuidados com os direitos humanos nos laboratórios de habilidades	4,05 ± 1,17
Observo nas simulações de atendimento clínico práticas que abordam sobre os direitos humanos	4,40 ± 0,94
Identifico em simulações de procedimentos médicos a preocupação em se resguardar os direitos humanos	4,32 ± 0,90

Tabela 3. Comparação do grau de concordância entre os grupos de tutores e estudantes sobre a abordagem de direitos humanos no curso de medicina da FPS.

Variáveis	Grupos		p-valor *
	Tutor	Estudante	
	Rank Médio ± DP	Rank Médio ± DP	
A abordagem sobre direitos humanos no curso de medicina é relevante	4,77 ± 0,61	4,64 ± 0,90	0,587
Percebo o empenho da faculdade em abordar a temática de direitos humanos	4,19 ± 0,82	4,21 ± 0,97	0,492
Observo abordagens sobre direitos humanos na matriz curricular do curso de medicina	4,05 ± 0,87	4,09 ± 1,06	0,418
Em minha tutoria, observo que há empatia e respeito entre os próprios participantes	4,37 ± 0,69	4,02 ± 0,96	0,042
Identifico discussões sobre direitos humanos nos casos das tutorias do meu período	3,16 ± 1,25	3,55 ± 1,12	0,073
Já percebi posturas desrespeitosas sobre direitos humanos em debates no meu grupo tutorial	2,65 ± 1,59	2,97 ± 1,57	0,196
Acredito que o método de Aprendizado Baseado em Problemas (ABP) valoriza a construção do conhecimento sobre os direitos humanos	4,40 ± 0,98	4,12 ± 1,00	0,048
Como futuro/profissional da área de saúde, sei que ao ajudar a garantir o acesso à saúde vou proteger os direitos humanos da pessoa	4,53 ± 0,77	4,73 ± 0,70	0,060
Compreendo que ao abordar sobre direitos humanos estamos resguardando o direito das mulheres, crianças, adolescentes, idosos, acesso à saúde, entre outros	4,74 ± 0,73	4,76 ± 0,77	0,776
Acredito ser suficiente as abordagens sobre direitos humanos em minha vida acadêmica.	2,98 ± 1,32	3,04 ± 1,27	0,812
Ao ver práticas abusivas ao direito à saúde em matérias jornalísticas, me importo com sua defesa	4,74 ± 0,54	4,37 ± 0,95	0,019
Presenciei violações aos direitos humanos em minha vivência acadêmica	3,79 ± 1,36	2,57 ± 1,42	<0,001
Eu ou meus familiares próximos vivenciamos práticas médicas abusivas aos direitos humanos	3,09 ± 1,57	2,73 ± 1,50	0,174

(*) Teste Mann-Whitney

Este artigo original foi feito dentro dos moldes da Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil, conforme foto da tela do site abaixo demonstrada.

The screenshot shows a web browser window displaying the 'INSTRUÇÕES AOS AUTORES' page of the RBSMI website. The browser's address bar shows 'www.scielo.br/revistas/rbsmi/pinstruc.htm'. The page content includes:

- Logo and ISSN:** RBSMI logo with ISSN 1510-3828 (print) and ISSN 1806-9304 (online).
- Navigation Menu:**
 - INSTRUÇÕES AOS AUTORES
 - Apresentação dos manuscritos
 - Submissão dos manuscritos
- INSTRUÇÕES AOS AUTORES (Main Text):**

A Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil (RBSMI) / Brazilian Journal of Mother and Child Health (BJMCH) é uma publicação trimestral (março, junho, setembro e dezembro) cuja missão é a divulgação de artigos científicos englobando o campo da saúde materno-infantil. As contribuições contemplam os diferentes aspectos da saúde materna, saúde da mulher e saúde da criança, podendo levar em conta seus múltiplos determinantes epidemiológicos, clínicos e cirúrgicos. Cada artigo é publicado em inglês e português ou inglês e espanhol conforme a língua de origem do manuscrito submetido. Para os manuscritos submetidos apenas em português ou espanhol, a versão em inglês será solicitada tão logo sejam aceitos para publicação. A avaliação e seleção dos manuscritos baseia-se no princípio da avaliação pelos pares. Para a submissão, avaliação e publicação dos artigos não há cobrança de taxas. É exigido que o manuscrito submetido não tenha sido publicado previamente bem como não esteja sendo submetido concomitantemente a outro periódico.

Direitos autorais
A Revista adota a licença CC-BY do Sistema Creative Commons o que possibilita cópia e reprodução em qualquer formato, bem como remixar, transformar e criar a partir do material para qualquer fim, mesmo que comercial, sem necessidade de autorização, desde que citada a fonte. Os manuscritos submetidos deverão ser acompanhados da Declaração de Transferência dos Direitos Autorais, assinada pelos autores ([modelo](#)). Os conceitos emitidos nos artigos são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Aspectos Éticos
1. Ética
A Declaração de Helsinque de 1975, revisada em 2000 deve ser respeitada. Serão exigidos, para os artigos brasileiros, a Declaração de Aprovação do Comitê de Ética conforme as diretrizes da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) e, para os artigos do exterior, a Declaração de Aprovação do Comitê de Ética do local onde a pesquisa tiver sido realizada. A fim de conduzir a publicação conforme os padrões éticos da comunicação científica, a Revista adota o Sistema iThenticate para identificação de plágio.

2. Conflitos de interesse
Ao submeter o manuscrito os autores devem informar sobre a existência de conflitos de interesse que potencialmente possam influenciar o trabalho.

Critérios para aprovação e publicação de artigo
Além da observação das condições éticas na realização da pesquisa, a seleção de um manuscrito levará em consideração sua originalidade, oportunidade de publicação conforme o cenário científico da área, bem como a prioridade no cronograma editorial da Revista. Portanto, o *rational* deve ser exposto com clareza exigindo-se conhecimento da literatura e adequada definição do problema estudado, com base em uma questão de pesquisa solidamente fundamentada a partir dos dados da literatura pertinente. O manuscrito deve ser escrito de modo compreensível mesmo ao leitor não especialista na área coberta pelo escopo da Revista. A primeira etapa de avaliação é realizada pelos Editores Associados. Dois revisores externos, indicados por estes, serão consultados para avaliação do mérito científico no manuscrito. No caso de discordância entre eles, será solicitada a opinião de um terceiro revisor. A partir de seus pareceres e do julgamento dos Editores Associados e do Editor Executivo, o manuscrito receberá uma das seguintes classificações: 1) aceito; 2) recomendado, mas com exigências de alterações; 3) não recomendado para publicação. Na classificação 2 os pareceres serão remetidos ao(s) autor(es), que terão oportunidade de revisão e reenvio à Revista acompanhados de carta-resposta discriminando os itens que tenham sido sugeridos pelos revisores e as modificações realizadas; na condição 3, o manuscrito não será publicado.